

Ata 160 - Sessão do Conselho do Ordem dos Advoga-
dos do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada em
3 de Fevereiro de 1949.

Aos três dias do mês de Fevereiro de mil e o-
centos e sessenta e nove, no Palácio da Justiça,
na sala de reuniões desta Seção do Ordem, pelas
quinze e mais horas, presentes os conselheiros:

Drs. Pedro Cime, Pedro Alais, Pedro Palmeira, Ar-
naldo Ferreira, Rosendo Alais, Antonio Brito,
Tarciz Lago, Alacio de Souza, Raimundo Piniz,
Pedro Cokic, Luiz de Franca, Supel de Souza,
Nyls Camara e Nelson Beas.

Mesa

Presidência do Dr. Y. Suazanos, e Dr. Pedro Cime

1º Secretário Dr. Arnaldo Ferreira

2º Secretário Dr. Pedro Alais

Ata

Lida a ata anterior foi a mesma aprovada.

Expediente

Comunicação do representante do Ofício do Dez. Presidente do Tribu-
nal de Justiça encaminhando o Conselho sobre a espe-
dição de providas de Solicitador seguida pelo
academico Gilberto Freire Costa; Ofício do Secre-
tário Geral do Conselho Federal, em encaminhando
uma deliberação do mesmo Conselho sobre o au-
mento dos membros do Supremo Tribunal Fede-
ral; Comunicações do mesmo representante junto ao
Conselho Federal sobre o mesmo assunto, acompa-
nhado de um exemplar do Jornal de Comércio do Rio
de Janeiro.

O Conselho decidiu responder favoravelmen-
te ao Ofício do Tribunal de Justiça, nomeando

uma comissão para emitir parecer sobre os demais assuntos, a qual ficasse assim constituída
Caus: Mario de Souza, Nyls Camara e Torquato Bastos.

Ordem do dia

Na ordem do dia o Caus. Nyls Camara deu uma telegrafia do deputado Tabosa de Almeida dirigida ao Director de Recrutaria desta Secção comunicando a aprovação do projeto e, a pedido do mesmo, apresentou a Câmara Estadual, elevando para vinte e quatro mil cruzados (R\$ 24.000,00) a subseção destinada ao serviço de assistência judiciária, pedindo que o Conselho aprovasse as referidas deputadas manifestando os seus agradecimentos pelo interesse que tinham no caso. Em seguida refere-se a exigência das taxas cobradas pela Secção, as quais eram bem inferiores as cobradas nas demais Secções, bem assim aos infinitos renuncimentos pagos aos funcionários de Recrutaria, propendo a adotar de novas taxas e renuncimentos. As emendas da Temporaria eram sempre negadas em virtude da constante falta de material necessário a manutenção do serviço a corpo de Secção, não podendo portanto o assunto permanecer sem solução. Organizava uma Tabela de taxas e renuncimentos submetendo a mesma a aprovação do Conselho.

Taxa de inscrição no quadro dos	
Advogados, com 1ª unidade e carteira	R\$ 200,00
Idem no quadro dos Provisoriaes	R\$ 180,00
" " " " Solice Tutores	R\$ 140,00
Unidade de Advogado	R\$ 60,00
" " Provisoriaes	R\$ 50,00

Yme de Salve Lador	cr\$ 40,00
Entidade para transferencia	cr\$ 100,00
" de inscricao	cr\$ 60,00
Visto em corteira	cr\$ 20,00
2º via de carteira de advogado	cr\$ 150,00
" " " cortão de Prov. e Sol.	cr\$ 80,00
Venc. do Diretor da Secre. Terc.	cr\$ 1.000,00
" " " " Assist. Jud.	cr\$ 750,00
" " " " Datilografas	cr\$ 600,00
" " " " Babrador	cr\$ 500,00
" " " " Bantim o	cr\$ 450,00

O Precedente admitiu o bancelho que o aumento dos contribuintes era materia purativa do As-sembleia geral na forma do art 54 do Regula-mento, resolvendo o bancelho convocar a Assem-bleia para tratar do aumento dos contribuintes, acatando porém as propostas dos cons. Famaç, Bo-bo e Maio de Souza em relação ao aumento dos vencimentos dos funcionarios, sendo o mesmo efe-tivado a contar de 1º de Janeiro e supran- tando por man- tida a actual subvencão

Proseguindo os trabalhos, usou da palavra o Dr. Maio de Souza, que commencou a ler o folto amplamente divulgado pela imprensa, occorrido na madrugada de hoje, relativas a invasões de escritórios dos Drs. Nereu- as, Eudras e Evandro Freitas, por policiais, os quais ame- taram violências, propondo que constasse da ata um res- mente protesto do bancelho, transmittido-se ao referido advogado a solidareza do bancelho, bem assim que se convocasse uma reunião da Assembleia Geral para tratar do assunto e tomar as providencias que a Assembleia julgue necessarias em defesa da classe.

Unicamente o Presidente por um discurso

17
a parte final de proposta do Dr. Mario de Souza, na qual figuravam parte os Drs. Tamyaz Bello, Pedro Caké, e Pedro Palmeira e Torquato Castro. Postas a mesma a votos deliberou o Conselho por 8 votos contra 6, ser a matéria da competência do Conselho. Em seguida foi discutida e aprovada a 1ª parte, por unanimidade, digo por unanimidade.

Logo a palavra o Dr. Raimundo Juiú propoz que se telegrafasse aos citados advogados comunicando a resolução do Conselho, bem assim fosse extraída copia da parte da ata que se refere ao protesto e a manifestações de solidariedade e se remettesse ao Governador do Estado, o que foi também aprovado, por unanimidade, digo por unanimidade.

Ainda o Conselho mandou inscrever no quadro dos Advogados as seguintes bachareis:

1º) Proc. 1308 regto de Otávio Bandeira, digo de Joel da Mota Silveira, sob o nº 1045, "A" com sede em Recife;

2º) Proc. 1314 regto de Otávio Bandeira de Lima Albuquerque, sob o nº 1046 A com sede em Recife.

3º) Proc. 1315 regto de Francisco de Paula Acioli Filho sob o nº 1047 A com sede em Recife, Transf. do Sist. Fed.

4º) Proc. 1316 regto de Mario do Amaral Montenegro, sob o nº 1048 A, com sede em Recife.

Ainda o Conselho converteu em diligência os processos nºs 1307 e 1317 referente aos leis Evandro de Carvalho e Natanael Bezerra do Vale.

Nada mais havendo para tratar o Presidente suspendeu os trabalhos. Do que para constar mandei lavrar a presente, a qual foi assinada pelo Presidente e por mim.

Aprovada em 22 de Fevereiro de 1949

Presidente

— 2º Secretário